

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Alice Vallo da Silva Tuchtler

**A SOCIEDADE DO TRABALHO E SUA PERPETUAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA: UM  
ESTUDO DA CATEGORIA TRABALHO SOB A CRÍTICA DOS GRUPOS *EXIT!* E *KRISIS***

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes.

Juiz de Fora  
2023

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MARIA ALICE VALLO DA SILVA TUCHTLER**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072030A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A SOCIEDADE DO TRABALHO E SUA PERPETUAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA: UM ESTUDO DA CATEGORIA TRABALHO SOB A CRÍTICA DOS GRUPOS EXITI E KRISIS**, desenvolvido durante o período de MARÇO DE 2023 a JULHO DE 2023 sob a orientação de DMITRI CERBONCINI FERNANDES, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**MARIA ALICE VALLO DA SILVA TUCHTLER**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# A SOCIEDADE DO TRABALHO E SUA PERPETUAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA: UM ESTUDO DA CATEGORIA TRABALHO SOB A CRÍTICA DOS GRUPOS *EXIT!* E *KRISIS*

Maria Alice Vallo da Silva Tuchtler<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo em questão pretende explicitar a centralidade do trabalho abstrato na contemporaneidade a partir de uma análise sócio-histórica baseada nos grupos *Exit!* e *Krisis*, críticos da sociedade da mercadoria. Dessa forma, a metodologia será uma pesquisa exploratória do início da formação do feudalismo na Europa e sua queda, a ascensão dos Estados Modernos, do capitalismo e a sua expansão a nível global; abrangendo o século IX até o século XXI. O objetivo é perceber que o sistema vigente é coercitivo desde a sua raiz, o que impôs a lógica do trabalho e do dinheiro abstratos sobre a sociedade, e, posteriormente, suas naturalizações, perpassadas por todas as estruturas sociais, tais como a cultura, a política, o lazer e o tempo. Ao compreender estes pontos, pôde-se concluir que a estrutura capitalista não é natural, deve ser criticada e tenderá ao colapso com as crises intrínsecas do sistema que se sucedem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Trabalho abstrato. Capitalismo. Estado. Crise.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar as perspectivas do grupo *Krisis* (Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria) e da revista *Exit!* (Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria) sobre a origem do trabalho abstrato e a sua centralidade na contemporaneidade<sup>2</sup>. A revista é composta por autores de diversos segmentos e países, tais como professores, tradutores, ensaístas e filósofos, a citar Robert Kurz, Roswitha Scholz, Gerd Bedszent, Sandrine Aumercier, etc. Ao grupo *Krisis*, temos Norbert Trenkle, Ernst Lohoff e Peter Samol. Ambos os grupos ligam-se a Karl Marx e partem de suas contribuições para novas críticas teóricas e posicionamentos sobre a sociedade, assim como discorrem dos seus desdobramentos na atualidade.

O grupo *Krisis* foi fundado em Nuremberg, na Alemanha, no ano de 1986<sup>3</sup>, enquanto o *Exit!* tem sede em Wuppertal e publicou pela internet a primeira edição da revista em 2004, em cooperação com a editora Horlemann<sup>4</sup>. Ambos têm os seus textos teóricos publicados em revistas, jornais, livros e, principalmente, fóruns da internet. Com o intuito de disponibilizar todo (ou grande parte) conteúdo aos brasileiros interessados sobre a “crítica do valor”, há um espaço online próprio para os textos traduzidos em português, podendo ser acessados pelo link: <https://krisis.com.br/blog-2/> (*Krisis*) e <http://www.obeco-online.org/> (*Exit!*).

As revistas, de modo geral, pretendem criticar analiticamente o capitalismo e seus componentes, tais como o Estado, a política, a economia e o uso do tempo. Dentro destes aspectos, é exposto como a alienação, o fetichismo da mercadoria, o capital e as crises se entrelaçam materialmente com o fenômeno do trabalho, mais especificamente o abstrato em sua forma moderna, hoje naturalizado.

A partir das obras do Grupo *Krisis*- “Manifesto Contra o Trabalho” (2003); de Robert Kurz- “A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna” (2020); e do grupo *Exit!*- “Crítica do capitalismo para o século XXI: com Marx para além de Marx- o projeto teórico do Grupo *Exit!*” (2007); textos base para este artigo que se apresenta, os autores deixam evidente que o trabalho é uma atividade social historicamente determinada. Para confirmar tal anúncio, foi utilizado o capítulo dois (“As

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes.

<sup>2</sup> O primeiro conjunto de autores se dissolveu devido a algumas divergências relacionadas às críticas ao Iluminismo e ao sujeito, e a maioria dos escritores criaram a nova revista, *Exit!* Ou seja, o texto aqui exposto trará livros e artigos que abrangem todos os grupos, deves os com Robert Kurz, cofundador de ambas associações.

<sup>3</sup> Informações deste grupo foram retiradas do site <https://pt.wikipedia.org/wiki/Krisis> e do blog <https://krisis.com.br/sobre/>.

<sup>4</sup> Informações deste grupo foram retiradas do site [http://www.obeco-online.org/editorial\\_exit1.htm](http://www.obeco-online.org/editorial_exit1.htm). Revistas completas da associação podem ser compradas em euro e em alemão em <https://zuklampen.de/>.

raízes do Estado moderno”) do livro “Estado e Democracia: Uma introdução ao estudo da política” (SINGER *et. al.*, 2021), o artigo “O poder do Estado desde o início da Idade Moderna até hoje: O Estado-nação como parceiro e prestador de serviços para a produção de mercadorias” (BEDSZENT, 2019) e o livro “História Moderna e Contemporânea” (PAZZINATO; SENISE, 1994).

Portanto, a metodologia utilizada no presente estudo foi de pesquisa exploratória, por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa em meio às obras dos autores referidos, bem como em artigos publicados na plataforma “O Beco”, blog principal da revista *Exit!* e em palestras e apresentações dos mesmos.

De acordo com o grupo *Krisis* (2003), visando atender às exigências dos Estados absolutistas frente ao financiamento de máquinas militares modernas, a sociedade teve que pagar cada vez mais impostos monetários para a sobrevivência. Melhor dizendo, para manter sua hegemonia no início da formação dos Estados, necessitava-se de uma organização distinta da sociedade e autodeterminada para a guerra- os Exércitos independentes (p.47). Para manter tal estrutura, e ainda financiar as indústrias armamentistas que se erguiam, o governo implantou o imposto monetário. A agricultura local já não era suficiente economicamente para este complexo, o que instaurou a necessidade intrínseca pela busca por dinheiro.

Sob tal ótica, como descrito pelo grupo (2003), o nascimento da burguesia moderna não foi uma passagem natural e espontânea, com a junção de pequenos comerciantes e suas singelas economias; foi uma imposição de uma força destrutiva externa à sociedade e seus costumes. Inaugura-se a obrigação de ganhar dinheiro para uma finalidade estranha, e, apesar de não ter sido aceito sem conflitos e resistências – e em cada período conter estes antagonismos contra o sistema hegemônico –, se alastrou posteriormente pelo globo com a colonização das Américas no século XVI e com a produção para além das regiões tradicionais pelos europeus com sua compulsão em impor a mesma lógica da valorização do trabalho com vistas ao dinheiro; antes com a escravidão nos países oprimidos, depois com o trabalho assalariado “livre” a partir do século XVIII. Será visto que a guerra, as crises e a escravidão foram as bases para a sociedade do trabalho, e contêm, ainda, apesar de diferentes modos, estes aspectos na atualidade.

Na visão de Robert Kurz (2020), desde o início dos Estados Modernos, reforçado com a Reforma Protestante no século XVI e sua perspectiva do trabalhar-sofrer sem usufruir das riquezas adquiridas, e deveras com o Iluminismo no século XVII e sua “luz” da razão com a ideia de progressão continuada burguesa, a palavra “trabalho” passa a abranger qualquer atividade remunerada, chegando ao trabalho abstrato, em razão de que não importa mais o que seja produzido, ou o que seja feito, ou que seja para suprir alguma necessidade, contanto que gere algum rendimento econômico, que gere dinheiro (p.57). O valor de troca está acima do valor de uso.

Com o trabalhador “livre” assalariado das indústrias, o trabalho se torna unilateral, de tal modo que um indivíduo colabora na produção de uma única mercadoria com sua mão de obra, mas suas necessidades se multiplicam, visto que precisará comprar tudo o que fazia antes com o seu salário. Ressaltando, o trabalho passa a ser central para a sobrevivência neste aspecto, pois é ele quem proporciona o salário, o “ganha pão”. Sem ele, não se é nada mais. Nos dizeres do autor, as demais faces da sociedade, a citar o espaço, o tempo, o lazer e a cultura sucumbem nesta mesma lógica abstrata, ou seja, em uma homogeneização geral e constante.

Em outras palavras, a atividade do trabalho ficou encerrada em um tempo-espaço específico, e trouxe a perda do caráter individual sobre as facetas da vida, gerando descontentamentos e se tornando um recurso a ser explorado. A título de exemplo, o “tempo de trabalho” ser considerado desgastante, ruim e vazio pelos trabalhadores, e o “tempo de lazer” ser considerado positivo; entretanto, o tempo de lazer é a continuação implícita do trabalho e do capital, pois é aqui que se consomem as mercadorias (KURZ, 2020). Válido destacar que não há direito de escolha, a liberdade está só no consumo, no produto, não nas pessoas– não se pode escolher não trabalhar, não é possível não consumir.

Todos seguem a nova metafísica, em que o trabalho toma o lugar de Deus na frase “Todos são servos de Deus” (KURZ, 2020, p.68). Em contrapartida, para os produtores, o “tempo livre” dos trabalhadores é inútil, e querem o constante aumento de produtividade, mas nem eles sabem para qual fim, haja vista a irracionalidade da sociedade do acúmulo. Sob tal ótica, não há distinção entre ricos e pobres, entre produtores e trabalhadores, pois a concorrência faz com que ninguém possa viver do ócio plenamente, ou livre do trabalho.

Mais ainda, os grupos *Exit!* (2007) e *Krisis* (2003) demonstram categoricamente que a política e o Estado, desde sua formação, têm como uma de suas principais prerrogativas garantir o predomínio da jurisdição do trabalho abstrato, jurisdições que chegam a simular ocupações para manter todos no sistema

de adoração ao trabalho e repudiar aqueles que não estão trabalhando com o objetivo de continuar recebendo os impostos, fruto principal de sua renda. Para tanto, a “liberdade democrática” se dá em uma limitação das distinções e na manutenção do desejo vazio de trabalhar (e de consumir) acima do bem estar da sociedade e do planeta .

Ademais, as críticas ao capitalismo a partir do século XX não só pensou nas categorias do próprio capitalismo, mas também praticamente agiu nas categorias do capitalismo ao defender o trabalho abstrato (CRÍTICA RADICAL, 2017). A esquerda, por exemplo, é apenas contra a exploração do capital, e luta por mais trabalho. Trabalho este que não se importa qualitativamente com a produção, mas com a otimização da venda da força de trabalho (EXIT!, 2007, p.2). Se coloca no trabalho a subjetividade dos sujeitos, como se ele proporcionasse identificações e criasse condições de poder viver; da mesma maneira em que não conseguir trabalho é um problema individual/ à parte do todo. É o alicerçamento da lógica do trabalho (KRISIS, 2003).

Diante das análises dos grupos-base, entende-se que o sistema capitalista sobrevive diante das crises. Em resumo, diante da concorrência, em busca de maiores acumulações, as estruturas industriais, por exemplo, são alteradas a cada novo tempo para uma mais racionalizada, mais lucrativa. Isso ocasiona crises estruturais, em que o processo anterior se torna defasado e, ao mesmo tempo, o novo está em adaptação e ampliação; gerando desestabilização social, mas que logo se sustenta novamente nesta nova indústria/estrutura. Ao se “estabilizar”, cria-se uma sensação de superação sobre a sociedade, o que impede a formação de críticas e de emancipação social (CRÍTICA RADICAL, 2017).

Todavia, com a Terceira Revolução Industrial da microeletrônica, essa lógica de auto superação não vingará. Após tantas racionalizações impostas pela lógica da concorrência do capitalismo, a força de trabalho humano não será mais necessária, chegando a uma onda de desempregos cada vez maior, a uma qualificação cada vez maior e mais acirrada, ao aumento da desigualdade e da dependência entre indivíduos e nações; ao mesmo tempo em que, para a sobrevivência, o trabalho se torne mais central ao se buscar desesperadamente por qualquer um. E, na vigência neoliberal e na diminuição do Estado, é uma luta de todos contra todos, em que as condições de trabalho são cada vez mais desgastadas (KRISIS, 2003).

É por tal razão que Robert Kurz, integrante da revista *Exit!!*, dá importância à análise teórica da sociedade como um todo, e, para tanto, na presença das Ciências Sociais para criar um espaço de formação crítica metodológica, para ir com e além de autores já tão conhecidos em uma busca por apontar e superar problemas, deveras os da crise do capitalismo e da centralidade do trabalho na contemporaneidade.

Portanto, o texto em questão pretende expor, sob a ótica dos autores da revista *Exit!!* e dos da *Krisis*, principalmente, que o trabalho abstrato se ergueu sobre imposições, sobre a guerra e sobre abstrações das demais esferas da sociedade; e ainda permanece no âmago desta, sendo, inclusive, defendido e considerado algo positivo da esquerda à direita.

Em síntese, o artigo será estruturado nos seguintes tópicos: 1- Introdução; 2- A Formação da Idade Média, sua queda e o armamento militar (objetivo de expor o início da busca por dinheiro e trabalho); 2.1- Formação do Estado Moderno e a propagação econômica (expor a expansão dos primórdios da estrutura capitalista); 2.2- A expropriação camponesa na transição da Idade Média para o Estado Moderno (demonstrar a coerção do Estado sobre a classe oprimida para trabalhar e se adaptar ao novo sistema); 3- As revoluções burguesas e a nova metafísica (indicar que as mudanças que ocorreram a partir do século XVII não beneficiaram a população); 4- A abstração das esferas da vida na sociedade capitalista (tudo se torna dependente e relacionado ao dinheiro e ao trabalho); 5- O papel do Estado no sistema e as crises necessárias (O Estado defende acima da população o capitalismo, mas este é autofágico) e 6- Considerações finais.

## **2. A FORMAÇÃO DA IDADE MÉDIA, SUA QUEDA E O ARMAMENTO MILITAR**

Para este tópico, serão utilizados o capítulo dois (“As Raízes do Pensamento Moderno”) do livro “Estado e Democracia” (SINGER *et al*, 2021), o artigo “O poder do Estado desde o início da Idade Moderna até hoje” (BEDSZENT, 2019), e o livro “História Moderna e Contemporânea” (PAZZINATO; SENISE, 1994), principalmente.

A tentativa de implantar um Estado, ou uma organização administrativa e centralizada, ocorreu desde o período Carolíngio (SINGER *et al*, 2021). Entretanto, apenas no século XIV essa tentativa de burocratização teve sucesso, e graças às montanhas de dívidas que nobres adquiriram ao longo da Baixa Idade Média para a militarização (BEDSZENT, 2019). Assim, a crise do sistema feudal ocorreu por diversas

questões, sendo as principais a descentralização política, as dívidas pelas guerras, as revoltas camponesas, a Peste Negra e as turbulências sanitárias.

Todavia, a substituição dos elementos feudais pelo capitalismo não se deu no transcorrer da Idade Média; pelo contrário, componentes feudais permaneceram latentes na Europa da Modernidade (ou Idade Moderna, compreendida aqui no período entre o século XV até o século XVIII, no início da Revolução Francesa), enquanto era construída a nova ordem capitalista (PAZZINATO; SENISE, 1994). Portanto, o processo de transformação do feudalismo para o capitalismo foi gradual, mas imposto sobre a sociedade e alheio a ela; e milhões de aldeões tiveram de se adaptar ao novo sistema para sobreviver neste início da busca incessante por dinheiro e por trabalho.

Para iniciar, Singer *et al* (2021) explicitam que o Império Carolíngio se apoiou no poderio da Igreja Católica. Criada uma aliança entre ambos para a conquista de territórios para o primeiro e o predomínio desta religião, Carlos Magno- século VIII a IX- principal nome desta dinastia, fora coroado pelo Papa, que simbolizava a permissão de Deus para o uso do poder, incontestavelmente. Tal feito expandiu a religião por todo o território carolíngio (extensão da área, hoje, da Bélgica, Áustria, Holanda, Alemanha e norte da Itália), e permaneceu como a principal religião na Europa na Idade Média.

Outra característica marcante foi a relação de vassalagem e *beneficium*, em que os nobres escolhidos pelo rei juravam fidelidade e realizavam obrigações determinadas em troca de terras, uma das maiores riquezas da época<sup>5</sup> – já que era o principal meio de trabalho para os camponeses pagarem os impostos exigidos ao senhor feudal, dono de parte do território, seja pela produção em excedente para ser utilizado no manto senhorial, seja pela transformação deste excedente em moedas para o senhor. Os funcionários reais realizavam, por exemplo, a coleta de impostos para ser entregue ao Imperador, reuniões para determinar o preço dos impostos, apontar problemas ou dar informações sobre alguma localidade ao rei e organizavam tropas.

Posteriormente, conforme Singer *et al* (2021), as terras recebidas se tornaram hereditárias, e toda a administração era regida pelo associado ao rei; este já não podia interferir no território doado– imunidade local. Desta feita, a concessão de terras, antes uma das estratégias para a criação do Estado, acabou por fragmentar o território do Império em feudos, em que cada vassalo passou a ter o próprio vassalo para a sua administração econômica, política e de proteção privada. O período carolíngio foi o precursor, portanto, do feudalismo e da expansão da religião cristã em grande território da Europa.

Válido expor os ditos do livro “História Moderna e Contemporânea” (PAZZINATO; SENISE, 1994), de que o período feudal conteve duas classes sociais fundamentais: o senhor feudal era o proprietário das terras e a administrava como um chefe de Estado, como um rei na sua localidade. Podiam ser membros do clero (cardeais, bispos, arcebispos e párocos) ou da nobreza (condes, marques, duques, barões e cavaleiros), e eram os responsáveis por decretar e arrecadar impostos, tributos, jurisdições, assim como promoviam a guerra. Portanto, toda a organização e os conflitos tinham um conceito de direito privado (MALUF, 2003, p.109 *apud* NETO, 2009, p.28). E, no outro extremo, os camponeses, que se utilizavam das terras dos nobres na posição de servos para adquirir sustento e proteção em troca do seu trabalho.

A partir do século X, ao contrário da descentralização política, o plano econômico foi dinamizado com o aumento da produtividade na Europa; perceptível pelo aumento populacional, pelo aumento da expectativa de vida, e pela formação dos primeiros bancos e universidades (SINGER *et al*, 2021). Algumas cidades começam a crescer pouco a pouco, a citar Paris, Florença e Veneza<sup>6</sup>.

Essas dinamizações foram possíveis por alguns fatores, dentre os quais se encontra a mudança ideológica da Igreja<sup>7</sup> ao permitir o trabalho manual para monges em uma contemplação prática com o divino, passando a ser visto como “digno de seres humanos livres” (SINGER *et al*, 2021, p.85); na liberação dos camponeses de trabalharem para si em alguns períodos e o contato com o Oriente. Com isso, novas relações de trabalho rurais surgiram, por exemplo, o moinho de água, o arado de ferro, o uso do adubo e a rotação de terras.

O estímulo econômico prosseguiu para os séculos XI e XIII, em que resultou nas guerras entre nobres para a conquista de novas terras, na tentativa de se sobrepor aos demais. Além disso, houve as

---

<sup>5</sup> A outra principal riqueza era o poderio armamentista.

<sup>6</sup> As duas últimas foram precursoras do Renascimento no século XV (SINGER *et al*, 2021).

<sup>7</sup> Antes, em busca da salvação, os bens materiais serviam para facilitar tal caminho, não para a obtenção de lucros, de enriquecimento. Deve-se permanecer na posição em que nasceu, não desejar ir além (PAZZINATO; SENISE, 1994).

expedições militares cristãs contra os chamados “infiéis” muçulmanos, as Cruzadas, ocorrida devido à cultura europeia ser teocêntrica e de dogmas incontestáveis (PAZZINATO; SENISE, 1994). Estes feitos contribuíram para a tendência à maior militarização dos nobres, já responsáveis pela organização das guerras, e pela criação dos Cavaleiros Andantes, que fizeram dos conflitos profissão, um meio de obtenção de terras, rendas e prestígio pessoal.

Aos poucos, segundo Singer *et al* (2021), novas relações urbanas também se iniciam: o comércio do Mar Mediterrâneo ficou sob o controle dos europeus, e recentes rotas foram traçadas, assim como feiras, ponto de contato entre comerciantes. Muitas dessas originaram as cidades, sem o domínio de um senhor feudal. Sob tal ótica, existiam cidades livres, com cidadãos se organizando política e administrativamente, e também aquelas que pagavam tributos aos senhores de terra.

Entretanto, o século XIV foi um período de instabilidade climática, e, de acréscimo, da terrível epidemia de Peste Negra. Conforme Singer *et al* (2021), o Ocidente imergiu em fome, guerras, terras inférteis e milhões de mortes pela doença e pela desnutrição. Houve uma crise econômica nas cidades e nos feudos, com inflações das moedas ocasionadas pela baixa da prata e pouca mão de obra. Com isso, manifestaram-se rebeliões camponesas em busca por terras distantes, enquanto os nobres reagiam com a diminuição dos salários ou prendendo o campesinato às suas terras.

As guerras contínuas empobreceram os senhores feudais, que tinham gastos excessivos com material bélico, ao mesmo tempo em que o modo de produção desordenado e a morte maciça de camponeses diminuíram as rendas provenientes das explorações de terras. Os nobres se viam obrigados a contrair empréstimos, a vender as propriedades aos burgueses enriquecidos – os *condottieri* dos mercenários, os banqueiros e outros agiotas<sup>8</sup> (KRISIS, 2003, p.50) – ou ainda a cobrar taxas adicionais aos camponeses sobreviventes. As crises de fome, a peste e as guerras demonstraram a fragilidade da organização política descentralizada, incapaz de superar o caos econômico que se instalou.

Com as sucessivas crises econômicas, as revoltas camponesas e as guerras entre os senhores de terra que não queriam perder suas posses uns para os outros, antes demarcadas por acordos verbais, a nobreza precisou investir, ainda mais, no poderio militar; permanentemente preparado para qualquer disputa.

Para isso, deveria dispor das armas mais modernas, o que exigiu investimentos constantes neste ramo, gerando mais dívidas com os futuros burgueses modernos (BEDSZENT, 2019). Em última instância, os nobres uniram-se em busca de apoio e proteção de um senhor mais poderoso e bem armado, ocasionando a formação de um Estado.

Com o suporte financeiro da alta burguesia, o rei pôde, pouco a pouco, centralizar o poder na formação do Estado, demolindo regramentos anteriores, tais como a proibição de lutas privadas, a criação de um exército regular, a fiscalização do território e a formulação de uma jurisdição (PAZZINATO; SENISE, 1994).

## 2.1. FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO E A PROPAGAÇÃO ECONÔMICA

Para este tópico, é importante ressaltar o período histórico e suas características mais marcantes. O século XV até o século XVIII, comumente chamado de “Antigo Regime”, foi marcado pelo absolutismo na Europa, e no conjunto de práticas econômicas chamado mercantilismo (metalismo, intervenção estatal na economia, estímulo à economia nacional, colonialismo e protecionismo). É um período de transição para o capitalismo e a legitimação da hegemonia das ideologias burguesas. Serão mostrados alguns aspectos que contribuíram para a decadência da nobreza e do clero, principais classes desta demarcação histórica.

Ademais, a alternância entre classes era praticamente inexistente, para não dizer impossível: era um período ainda estamental, apesar do aumento de atividades e funções, destinadas à “terceira classe” que também pagavam os impostos determinados judicialmente, como os burgueses (ricos e pobres) e os servos. Sob tal ótica, o período medieval continha na sociedade ainda uma forte presença com a maior soma de riquezas e privilégios para a aristocracia próxima ao rei.

---

<sup>8</sup> À vista disso, para o grupo (2003), ao contrário da perspectiva comum, os primeiros burgueses responsáveis por emprestar dinheiro não foram os que, pacificamente, acumularam economias gradativas, venderam o excedente da produção no primado das cidades, ou os que criaram as corporações de ofício. Estes estavam mais próximos da classe servil do que os chefes de milícias, de banqueiros e de outros agiotas, como citado no texto.

Para o grupo *Exit!* (2007), Robert Kurz (2020) e Bedszent (2019), o fim dos regramentos feudais pela ação do Estado não foi com o intuito de avanço social, muito pelo contrário: serviu, inicialmente, para a nobreza controlar e subordinar a população a um sistema de leis e de impostos para manter o Estado e as regalias da classe às custas da classe oprimida. A violência privada foi se esvaindo, mas deu lugar a uma tributação – de início paga apenas pela “terceira classe” – para a manutenção do exército nacional e para o pagamento das dívidas que vieram junto com o Estado.

Sob os pressupostos de Robert Kurz (2020), a produção das armas de fogo passou exclusivamente ao domínio dos próprios príncipes e reis de Estados, já que o desenvolvimento das armas se deu de tal maneira que as estruturas locais, como as pequenas oficinas e os nobres, não conseguiam dar conta<sup>9</sup>. Foi necessário desenvolver indústrias de armamentos específicos e uma nova organização da sociedade, a citar a formação ordenada do exército como grupo social distinto da sociedade, na medida em que esta passa a diminuir o porte de armas particulares. Essa produção concomitou em uma corrida armamentista governamental até hoje presente em busca de uma hegemonia constante (p.61).

Porventura, o crescimento do número de soldados na substituição dos agrários trouxe muitos problemas nos períodos de trégua, como dito pelo autor: de início, eles não recebiam pagamento quando não trabalhavam, e praticavam saques e assassinatos de ocasião. Para os soldados, não importava seus objetivos, apenas receber o soldo e consumir mercadorias, e por isso foram os primeiros representantes do trabalho abstrato. Contra isso, o Estado passou a cobrar tributos monetários sobre sua população para a manutenção do exército, da guerra e das indústrias de armamentos (KURZ, 2020, p.63).

Bedszent (2019), igualmente, argumenta que o complexo militar exigiu uma economia de guerra permanente para manter o exército, a indústria e a formação de novos equipamentos. A isso, soma-se a expansão ultramarina<sup>10</sup> e a colonização das Américas para custear as despesas do Estado absolutista e desenvolver as indústrias de manufatura que se erguiam com a aquisição de matéria-prima; sem tirar os metais preciosos, altamente rendosos para comerciantes e banqueiros.

Para tanto, a economia advinda da agricultura local não era mais o suficiente para os impostos, o que retoma a necessidade de produção de mercadorias. Muitos reis de dinastias passaram a incentivar a ampliação dos negócios para o aumento da arrecadação pela Coroa (PAZZINATO; SENISE, 1994). Assim, ressaltando, a instauração do Estado serviu, mesmo sem a intenção da classe superior (a nobreza e o clero), para a posterior hegemonia dos preceitos burgueses.

Para melhor conceituação, de acordo com Pazzinato e Senise (1994), a riqueza do Estado absolutista baseava-se na quantidade de metais preciosos acumulados no seu território. Este modo de governo foi o responsável por possibilitar a troca de mercadorias: a partir da intervenção estatal na economia, exigia-se, dentre outras características, um padrão nacional unificado dos preços para mensurar o valor de uma mercadoria, como uma moeda nacional unificada, e a diferenciação dos metais para a realização das trocas. Mais ainda, a intervenção servia para controlar e manter a riqueza no Estado a partir do controle, por exemplo, do fluxo de importações e exportações, e; quando isso não ocorria, com o colonialismo (importante meio para pôr em prática as políticas econômicas do “mercantilismo”).

Portanto, como bem diz Bedszent (2019, p.9), na sua vontade de crescimento, os primeiros Estados absolutistas concorriam e lutavam entre si, ao mesmo tempo em que faziam alianças (trocas de mercadorias entre economias nacionais) para os próprios interesses econômicos, por exemplo, a “(...) celebração de contratos com terceiros, do controle das rotas comerciais, das restrições às importações e exportações, do nível dos direitos aduaneiros, etc”.

Por essa razão, para o autor (*ibidem*), grandes Estados europeus (a citar Inglaterra, França, Espanha e Portugal) utilizavam das armas ou entre Estados, ou para impor sobre o próprio povo a nova lógica (de busca e desejo por metais preciosos como fim em si mesmo), ou para colonizar aqueles que consideravam inferiores. A América, por exemplo, ao ser invadida pelos europeus, foi logo ocupada militarmente pelo “conquistador”, para que mantivesse o controle do território para si (p.10).

---

<sup>9</sup> Robert Kurz exemplifica o caso com a produção dos canhões e mosquetes, que eram totalmente diferentes da produção de armas de fio, de ponta ou de arremesso (2020, p.61).

<sup>10</sup> Sob os dizeres de Pazzinato e Senise (1994), a expansão marítimo comercial, para os europeus, trouxe diversas consequências, dentre elas o acirramento das disputas entre potências, a expansão das rotas comerciais e do comércio em escala mundial, a valorização da riqueza móvel (moedas e metais) em detrimento da posse de terra e a acumulação de capitais nas mãos da burguesia europeia, resultante da exploração colonial.

Ademais, a colonização, desde o século XV, favoreceu a imposição do trabalho como sinônimo de civilização europeia para os países dominados, e, mais ainda, como sinônimo de lucro. O homem volta a ser transformado em mercadoria nesta busca por capital.

De acréscimo, a partir do século XVI, nos dizeres de Robert Kurz (2020), o Protestantismo, em especial o Calvinismo, fomenta o panorama do trabalhar-sofrer para o mundo físico em um tipo de comparação da riqueza com o sucesso para com Deus. Assim, deve-se empenhar no trabalho para acumular riquezas, mas, ao mesmo tempo, não desfrutar disso, caso contrário, seria pecado<sup>11</sup>.

A propagação de interesse sobre os materiais foi um outro adjuvante. Tal expansão foi possível pela produção em larga escala de mercadorias desde o Renascimento no século XV, na Itália, com inovações artísticas, científicas e técnicas em um ideal do homem em relação com a natureza, de objetividade (*ibidem*). Segundo Pazzinato e Senise (1994), o período se caracterizou pela mudança na qualidade das obras intelectuais e na quantidade da produção cultural; esta destacada pelo desenvolvimento da imprensa e pela ação dos mecenas. Sobre esses últimos, os autores deixam evidente que o movimento urbano atingiu a elite das cidades prósperas (banqueiros, grandes comerciantes e monarcas), que patrocinavam o trabalho de artistas e intelectuais como fonte de lucro com o aumento do comércio e como meio de propagação da valorização do individualismo e do racionalismo<sup>12</sup>.

A isso, soma-se o aumento das grandes empresas dependentes do comércio e da atividade dos bancos com seus créditos, trazendo camponeses para as cidades que se erguiam para trabalhar nos ofícios (KURZ, 2020).

Em resumo, o início da lógica destrutiva do trabalho na Modernidade não foi com a expansão espontânea do mercado, mas sim por uma necessidade econômica do Estado absolutista<sup>13</sup> para financiar máquinas militares modernas na vontade intrínseca de, antes cada nobre, depois cada Estado, crescimento. Essa pulsão que se instaurou na busca por hegemonia e poder, fez com que tudo ficasse à mercê econômica, impondo a lógica do trabalho a partir da escravidão nos demais territórios dominados (KRISIS, 2003). Os europeus fizeram do poderio militar uma imposição às novas relações sociais de poder que cresciam na época, antes para estabelecer condições para uma nova forma de produção de mercadorias (com a produção de excedente e o sistema de trocas)<sup>14</sup>, e depois para regular a manutenção desse sistema. Tanto é que, conforme conceituado por Kurz (2020, p.64), foi investido um alto poder policial e administrativo como meio de coerção interna e de recebimento de tributos. Tais características, veremos, permanecerão na maioria dos Estados até os dias atuais.

Contudo, devido aos “progressos” que ocorreram no período, a Idade Moderna, tal como o trabalho, sob tal ótica, passam a ser vistas como um ideal de avanço social, e foram acatados por todas as ideologias e correntes políticas; deveras pelo Estado, para uma suposta expansão pacífica da produção de mercadorias.

## **2.2. A EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA NA TRANSIÇÃO DA IDADE MÉDIA PARA O ESTADO MODERNO**

Em contrapartida, Karl Marx, no seu grande livro “O Capital” (1968), no capítulo “A Chamada Acumulação Primitiva”, escreveu sobre os malefícios da modernização e do capitalismo, ainda nos seus primórdios, não abarcar a sociedade como um todo.

---

<sup>11</sup> Kurz (2020) explicita a mudança de perspectiva: O sofrimento, assim como Cristo na cruz, passa a ser seguido voluntariamente e de maneira feliz pelos homens para a redenção dos pecados e se ver realizado num outro mundo. O objetivo, até então, não era mundano.

<sup>12</sup> Pazzinato e Senise (1994) ainda discorrem sobre a valorização do ser humano como centro das reflexões. Deus continuava sendo soberano, mas procurava encontrar as “virtudes” e as “qualidades” do homem, antes negadas pelo pensamento medieval. A felicidade deveria estar na Terra, e não em um paraíso celeste; deve-se construir o paraíso terrestre. Todavia, os autores ressaltam, “o homem da *elite* é a medida de todas as coisas”.

<sup>13</sup> Válido ressaltar aqui que o capitalismo, então, se desenvolveu não em um período de “liberdades” sociais e econômicas, mas em uma estrutura altamente centralizada, de forte intervenção estatal: o absolutismo.

<sup>14</sup> Para melhor esclarecimento, Karl Marx em O Capital (1968), expõe que, na Idade Média, a forma de circulação principal foi do escambo (não tinha o intuito de produção de mercadorias, produzia as necessidades, mas o que sobrava, o excedente, era trocado por outros que porventura também sobravam-- M-M) para uma forma de produção pré capitalista (se produzia uma mercadoria em específico, e o dinheiro mediava a relação com outras mercadorias que iam servir para o resto da vida para suprir as necessidades-- M-D-M) e no seu desdobramento (produção de mercadorias para gerar dinheiro sucessivamente-- M-D-M-D-M-D...).

Como Marx exprime, a servidão passa a se extinguir do século XV em diante para atender a um mercado, dando espaço ao trabalho assalariado. As terras dos nobres deixam de ser comuns<sup>15</sup> e passam a ser propriedade particular para a obtenção do novo poder último, o dinheiro; por isso a sua preocupação era transformar as terras em pastagens (1968, p.833). Milhares de camponeses sem direitos migraram para as cidades em busca de algum tipo de rendimento, tornando-se a classe proletária. O trecho expõe melhor a situação:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existem (MARX, 1968, p.851).

Assim, salientando, os homens da “terceira classe” foram forçados pelo Estado a se enquadrar na burocratização exigida do trabalho manufatureiro assalariado a um regime de tempo distinto da vida. O complexo militar estatal, de acréscimo com as jurisdições, foram utilizados para afirmar essa centralidade do trabalho na própria sociedade, na sua manutenção, bem como meio para afirmar sobre as outras sociedades estrangeiras.

Do mesmo modo, os novos trabalhadores, na falta de empregos disponíveis, foram deportados forçosamente para os territórios americanos colonizados pelo seu território repressivo, e, como Gerd Bedszent expõe, estes asseguraram que o mesmo sistema capitalista e de acumulação abstrata se espalhasse pelo mundo (2019, p.4).

Paralelamente, este processo não ocorreu sem resistências. Houve movimentos contra o trabalho, ou seja, contra um regime de tempo heterodeterminado e causador de maiores desigualdades<sup>16</sup>, a citar um trecho do artigo de Bedszent sobre o final do período do final da Idade Média: “A liberdade de caça e pesca, os direitos sobre as pastagens e a madeira, bem como a abolição dos encargos excessivos impostos aos camponeses pelos senhores da terra, eram repetidamente reivindicados” (2019, p.5 *apud* Lenk 1980). Semelhante é dito pelo grupo *Krisis* (2003), ao afirmarem resistências autônomas contra a coerção de um trabalho externo à sociedade desde as antigas sociedades agrárias, que viam a situação como deteriorante à existência.

Para melhor esclarecimento, a palavra “trabalho”, de acordo com o grupo *Krisis* (2003), tem sua origem na tortura e no castigo para aqueles que não eram livres. É uma atividade para os que perderam sua liberdade. Robert Kurz, em “A Ditadura do tempo abstrato” (2020), esclarece ainda mais sobre a palavra “trabalho” na Antiguidade e resume a perspectiva também dos resistentes no período da era moderna:

---

<sup>15</sup> As terras, ou feudos na Idade Média, eram divididas, normalmente, em três partes: o manso senhorial, com o castelo, o moinho e a igreja; o manso servil, a área de trabalho dos camponeses, e o manso comunal, destinada à utilização dos servos e dos senhores. Portanto, o território era em grande parte compartilhado, comum (PAZZINATO; SENISE, 1994).

<sup>16</sup> “Mas terá a implementação das relações protocapitalistas levado, pelo menos, a uma melhoria das condições de vida das pessoas e a uma maior esperança de vida? Contrariamente à opinião popular, este não foi, de modo nenhum, o caso. Em comparação com a suposta pobreza da Alta Idade Média feudal, a população europeia nos séculos XVI, XVII e XVIII estava sempre em pior situação. Robert Kurz descreveu com razão a era pré-industrial do capitalismo como um ‘dantesco inferno de empobrecimento’ (Kurz 1999a, 16). Só no século XIX, ou seja, com o início da industrialização, é que o nível de vida da população europeia regressou lentamente ao nível que já tinha no século XIV (*ibid.*, 18s.)” (BEDSZENT, 2019, p.4).

O desonroso não era a atividade ou o artesanato, mas a submissão a outrem ou a um 'ofício'. Um homem livre podia ocasionalmente construir uma cama ou um armário, mas não devia adotar o ofício de carpinteiro; podia comerciar de vez em quando, mas não tinha motivo para ser comerciante; podia escrever poemas, mas não tinha por que ser poeta (pelo menos não como fonte de renda). O homem formalmente livre, mas submetido vitaliciamente a qualquer tarefa remunerada, tornava-se 'menor' e pouco mais do que um simples escravo (p.58).

De reforço, para a aceleração do desenvolvimento do capital mercantil e financeiro urbano, o Estado, com a polícia e a administração já centralizados, exigiu avanços mais rápidos, concomitantemente na alteração das formas de comércio tradicionais. Assim, a população não estava se desenvolvendo de maneira autodeterminada, mas foram forçados a tal com a destruição do modo de vida anterior. Nada é de graça a partir de então – como a coleta de lenha, citado pelo grupo *Krisis* (2003, p.49) – que era comum, se tornou crime para se criar uma consciência de escravos do trabalho. O aumento do tempo de trabalho, então, foi imposto a partir da era moderna, com a formação do trabalho abstrato.

### 3. AS REVOLUÇÕES BURGUESAS E A NOVA METAFÍSICA

Dando um salto histórico (para o período da hegemonia completa da classe burguesa), o Iluminismo, no século XVII, foi um movimento contra o Absolutismo e o mercantilismo, prescrevendo direitos políticos igualitários, a liberdade de expressão, de mudanças de classe perante a lei e o fim da escravidão. Esta e outras revoluções burguesas que se seguiram contribuíram para a história do progresso se referir ao capitalismo. Melhor dizendo, para o grupo *Krisis* (2003), trouxeram, no ideal social, a perspectiva de evolução capitalista, em que a cada novo período ou novas condições estruturais necessariamente serão melhores que a anterior, sob o preceito de seguir critérios racionais.

Porém, esses movimentos de caráter burguês seguiram os mesmos ditames prescritos contra a mendicância em um dever com o trabalho do século XV, mas, agora, tornando-se um imperativo para todos. Os princípios da democracia tão ressaltados positivamente pelos seus ideólogos trazem à sua sombra a permanência da valorização do trabalho e do capital advindos do período feudal. É, para o grupo *Krisis* (2003), um sistema de auto-opressão, em que, na expectativa de um complexo igualitário ou de um caminho para possibilitar tal estado de igualdade, na prática, os recursos coletivos não são distribuídos a favor e para a sociedade.

Na verdade, é reforçada a concorrência pelas jurisdições dos governos para a sobrevivência individual no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, sobretudo após a industrialização, a partir do século XVIII, marcando o início da substituição do homem pelas máquinas.

Consolidam-se duas classes sociais principais, de acordo com Karl Marx e Friedrich Engels (2002, p.21): o burguês, detentor dos meios de produção, e o proletariado, donos apenas de sua força de trabalho (a classe mais baixa da classe média – artesãos, camponeses, pequenos comerciantes – se afundam no proletariado, pois suas especializações se tornaram inúteis frente aos novos métodos de produção).

Portanto, as revoluções burguesas serviram para uma nova diferenciação e novas relações de poder, não para a emancipação popular. Mais ainda, a possibilidade de mudanças de classe serviram apenas para sublimar o sistema capitalista, que necessita do mercado em constante expansão para acumular capital. Estimula-se, assim, o consumo (intelectual e material), mas não mais para suprir as necessidades anteriores – são criadas necessidades que antes não eram necessidades. O trabalhador é explorado durante o seu tempo de trabalho e depois dele, com os demais burgueses e suas vendas interessados no seu salário (MARX, ENGELS, 2002).

Conseqüentemente, as revoluções serviram, também, para a imposição do trabalho como fim em si mesmo – o trabalho se torna a forma específica para a obtenção do dinheiro, não importando qual seja o conteúdo da produção, pois ela se tornou indiferente. Em "O Manifesto Comunista", Marx e Engels (2002, p.13) expõem claramente a questão ao dizerem que as profissões não contêm mais uma "auréola", são todos operários assalariados. O mesmo vale para as famílias, que veem extintos os laços sentimentais em prol de uma relação objetual de dinheiro.

Só o sistema capitalista transformou o processo e o produto do trabalho em mercadoria, em que esta última se realiza apenas enquanto consegue realizar o dinheiro<sup>17</sup>. A função social dos objetos antes desse período se esgotava no seu próprio uso e no seu processo de existência. O trabalho concreto é necessário em todas as sociedades, enquanto o trabalho abstrato e a produção de um valor econômico abstrato apenas existem na produção de mercadorias (MARX, 1968).

Para melhor compreensão, a mercadoria, em concordância com Karl Marx (1968), tem um caráter duplo: de qualidade e de quantidade (valor de uso e valor de troca). Em especial sobre o valor de troca, ele exprime coisas (mercadorias) consideradas de valores iguais para serem possíveis de serem trocadas. Essas coisas são possíveis de serem trocadas por uma terceira, ou por uma quarta, ou quinta, e sucessivamente. Ao fazer isso, é abstraído dessas mercadorias o emprego concreto possível que elas têm para o valor de troca se manifestar. A mercadoria nada mais é do que trabalho objetificado alienado, pois os homens passam a ver a mercadoria como produto do trabalho, e não do próprio trabalho objetivado. A mercadoria aparece como mercadoria, não como fruto do dispêndio de tempo no trabalho. Sob tal ótica, ninguém sabe como e porque esses produtos do mundo do trabalho se realizam entre si.

Retomando as revoluções burguesas, os avanços no modo como a luz é propagada de forma artificial – iluminação a gás, depois elétrica – pode ser vista como positiva se conforme as necessidades e o livre consentimento, de acordo com o prescrito por Robert Kurz (2020); mas foi um fenômeno permanente e generalizado contra a noite, vista como o tempo do descanso, da passividade, da contemplação. Em contrapartida, a luz segue o preceito da manutenção da atividade, da produção e da circulação de mercadorias vinte e quatro horas por dia. É um fim claramente socioeconômico. Para sobreviver (ter o seu ganha-pão), todos precisam adentrar no sistema do trabalho: O trabalho tomou o lugar de Deus, já que todos os homens são servos do trabalho – na substituição da premissa "Todos os homens são servos de Deus". No entanto, já não há influência protestante neste movimento, tornou-se sem consciência (p.71).

Para complementar, a cada mudança de sistema social, político e econômico, características do anterior são mescladas com o atual. No caso do feudalismo para o capitalismo, os nobres, ou dominantes, perderam sua hegemonia ao longo dos séculos para a nova classe dominante, os burgueses, mas muitos costumes e valores, como a pomposidade, os títulos vangloriosos, e o "status" permaneceram e foram traspassados como símbolo de distinção; já que as antigas ordenações de hereditariedade foram sendo destruídas e substituídas pela vangloriação da condição financeira pelo consumo (MICHETTI, 2009). A indiferença passa a ser vista como necessária para a vida, porque é o que dá razão à significação social no mundo do trabalho (KRISIS, 2003). A liberdade atua para o mercado, é uma liberdade econômica em que a população deve se ater ao trabalho em busca por dinheiro.

#### 4. A ABSTRAÇÃO DAS ESFERAS DA VIDA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para este tópico, será empregado o artigo "Ditadura do tempo abstrato" de Robert Kurz (2020), principalmente, para explicitar a abstração do tempo, do espaço e do trabalho já no século XIX em diante, consequência dos períodos anteriores.

Como foi percebido, o dinheiro torna-se abstrato após ser o meio de troca comum para todas as demais mercadorias. Há, desta forma, a abstração também do trabalho por se subordinar ao primeiro. Vigora-se a economia como a principal base para o funcionamento de todos os demais campos – social e político – e, nisso, foi invertida a relação entre o abstrato e o concreto: os objetos e contextos concretos/sensíveis são expressão da abstração capitalista, apenas; não mais o contrário. A partir disso, as outras esferas da vida passam a ser, também, subordinadas ao dinheiro e ao trabalho, como o lazer, transformado na indústria da cultura; ou, melhor, no consumo do pós-trabalho.

Nesta economia desvinculada da sociedade e do trabalho abstrato, conforme Kurz (2020), o tempo de produção é separado dos objetivos estabelecidos pelos próprios produtores, e se torna um recurso a ser

---

<sup>17</sup> Para Karl Marx, em O Capital (1968), o dinheiro representa o valor das mercadorias por existir uma "forma relativa de valor", em que o valor quantitativo de uma mercadoria só é possível em comparação com outra. Compara-se com coisas de natureza semelhantes. No capitalismo, o fato de qualquer coisa poder ser comparada e trocada por qualquer coisa, apesar das formas de emprego serem infinitas, é pelo fato de terem uma base comum: o valor, ou seja, o trabalho abstrato (de valor puramente quantitativo) embutido de forma concreta (valor de uso, qualitativo) que possibilita essa forma relativa de valor advindas das relações sociais socialmente determinadas. Assim, para o trabalho gerar valor, precisa produzir uma mercadoria com um valor econômico abstrato (o valor de troca). Se ninguém comprar essa mercadoria, o produtor não produz nada (não produz nenhum valor).

explorado. Sem ser no sistema capitalista, a percepção do tempo variava de acordo com o momento histórico e da cultura local.

Após a industrialização, cita Kurz (2020), o tempo passa a ser geral e uniforme para todas as coisas, correspondendo ao fim em si mesmo abstrato da acumulação capitalista – é a ditadura do tempo abstrato, executada pela concorrência – em uma perda da cultura e das variações para tudo se tornar “racional” e abstrato.

A ditadura do tempo abstrato criou para si um espaço também abstrato para a obtenção de capital, um “espaço funcional do capital”, obedecendo a uma racionalidade econômico-empresarial separada do restante da vida (*ibidem*, p.70). Ou seja, a atividade do trabalho ficou encerrada em um tempo-espaço específico para se manter a linearidade temporal nas demais atividades pessoais. O tempo perde a essência da vida e das vivências no trabalho dissociado e se torna meio de produzir dinheiro numa autonomização da produção. Esse ritmo do trabalho, de reforço com os ditos do grupo *Krisis* (2003), perpassa sobre tudo e todas as coisas, desde as férias, a hora da refeição, a festa, até sobre as crianças já sendo ensinadas a ter eficiência.

A lógica de “poupar tempo”, já no século XX, alimenta o fim em si mesmo capitalista e contribui para a paranóia, para a compulsão em poupar mais e mais tempo para produzir mais, trabalhar mais. Os movimentos sociais perdem força no capitalismo, pois “(...) as pessoas estão cada vez mais se refugiando em uma utopia individualizada do tempo livre” (*ibidem*, p.77).

Entretanto, o tempo livre também é privado do direito de escolha, assim como o tempo de trabalho. O tempo livre é um espaço secundário do funcionamento do capital, pois é aqui que se consome mercadorias. De um lado, se ganha dinheiro, de outro, se gasta, e nisso a vida fica integrada na totalidade capitalista.

De retorno ao período feudal, apesar de ter ocorrido desastres naturais, o tempo de atividade de produção era mais reduzido em comparação à Revolução Burguesa em diante, e tinham as necessidades básicas mais asseguradas do que em muitos períodos da modernização nas suas formações de favelas. A dominação não era de tal maneira como a atual burocratização da sociedade do trabalho e seus escritórios, e lutava-se contra essa coerção desde os primórdios sinais.

Em síntese, o trabalho permeia toda a existência social além da economia. Mesmo no “tempo livre”, trabalha-se, pois cada ação se assemelha ao trabalho. Isso ocorre de maneira alienada, já que os indivíduos não percebem mais a adaptação ao padrão de trabalho nas atividades, que se tornam indiferentes (em suma, as atividades perdem a especificidade e o caráter sensível, porque, como mencionado, o trabalho tem a característica capitalista de não importar mais o que é feito, contanto que haja trabalho, contanto que algo seja feito).

## 5. O PAPEL DO ESTADO NO SISTEMA E AS CRISES NECESSÁRIAS

Para realizar e manter condições mínimas para a sociedade capitalista (tarefas de infraestrutura, auxílios e assistências em relação ao trabalho, manter o Exército, salário mínimo, direitos dos trabalhadores, confirmação do seguimento das leis, dentre outros), o Estado não transforma ele próprio o trabalho em dinheiro (valorização autônoma). Por certo, necessita retirar dinheiro do processo real de valorização com o trabalho de pessoas por meio dos impostos, assim como visto na sua formação. Porém, no capitalismo, o acúmulo de capital ultrapassa fronteiras nacionais, bem como os lucros de empresas não são contabilizados para o Estado devido ao “*dumping* fiscal, social e ecológico” (KRISIS, 2003, p.66). Com o aumento do desemprego, as rendas estatais decaem.

Ora, qual a razão do trabalho estar diminuindo mundialmente? Nos dizeres de *Krisis* (2003), o capitalismo tem um sistema produtor de mercadorias contraditório, pois exige energia humana com o trabalho, mas, ao mesmo tempo, exige um aumento de produtividade com a concorrência; chegando à substituição da força de trabalho humana para o capital “cientificado”. Esta autocontradição ocasiona crises estruturais, que ocorrem em cada nova racionalização. Importante ressaltar que as crises são consequências insolúveis e necessárias no modo de produção capitalista e na sua ideia de progresso<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Para melhor compreensão, Sandrine Aumercier (2022, p.7) expõe a contradição do capitalismo a nível individual e global: “o capitalista é obrigado a promover o desenvolvimento tecnológico ou a se ajustar de algum modo para se manter competitivo no mercado. Do ponto de vista da totalidade capitalista, é necessário que se recorra ao trabalho vivo para se continuar criando valor. (...) A nível global, o capitalismo não pode nem prescindir de trabalho humano, nem se privar de aumentar incessantemente o nível de produtividade, que torna de facto supérflua uma quantia cada vez maior de trabalho humano. A nível individual, certas empresas

Em resumo, ponderado por Robert Kurz em um seminário internacional (CRÍTICA RADICAL, 2017), uma estrutura capitalista é substituída por uma nova estrutura ao ocorrer uma nova forma de produção, esta desvaloriza a anterior, de tal maneira a acumulação capitalista não pode ser mantida pelas condições “obsoletas” devido à tentativa de sobreviver diante da concorrência. A título de exemplo, a transição da máquina a vapor para o motor a combustão acarretou uma crise sob a causa da desvalorização da máquina a vapor, ao mesmo tempo em que a “desenvolvida” máquina a combustão não foi suficientemente desenvolvida para continuar com a acumulação. Outro exemplo de crise estrutural pode ser a primeira citação direta de Karl Marx do tópico “2.2- A expropriação camponesa” deste artigo. Nesse meio tempo, ocorre desemprego em massa e desestabilização social, mas o processo de valorização acabava se reiniciando com base na nova indústria, já dispersa globalmente.

Válido ressaltar que não são crises categóricas, pois as crises do passado não afetaram as formas básicas da sociedade capitalista – acumulação, política, trabalho abstrato, valor, mercado, Estado, democracia, direito, dentre outros.

Surgiu a convicção, então, segundo o grupo *Krisis* (2003), de que o capitalismo continuaria sempre se superando. Acredita-se que o trabalho é uma lei natural do homem, em que, sem ele, as necessidades não seriam realizadas. Retirar esta perspectiva do senso comum é uma árdua tarefa, já que as crises paralisam as críticas, e, concomitantemente, deixam mais sujeitos em crise, não dando espaço para a emancipação social.

Entretanto, o trabalho, apesar de ser apoiado por todos os setores e classes da sociedade, não mais sustenta o modo de produção de riquezas ocasionado pela Terceira Revolução Industrial da Microeletrônica, que não necessita tanto mais de força de trabalho humano com as novas tecnologias autônomas formadas. Ela põe fim a esse processo de produtividade para solucionar a autocontradição, de “(...) compensação pela expansão” (KRISIS, 2003, p.61). Apesar de haver barateamento de produtos e criação de outros, a racionalização torna o trabalho supérfluo, pois já não é reabsorvido pela expansão dos mercados. O avanço disso levará à morte do trabalho<sup>19</sup>.

A sociedade do trabalho vira um sistema que se retroalimenta, e a realidade empresarial exige que mais camadas da população fiquem desempregadas para a própria sobrevivência<sup>20</sup>. Aqueles com trabalho, intima-se maior eficiência, mais tempo, mais esforço, mais adaptações, mais mobilidade e mais trabalho numa concorrência exasperada contra todos para a sua sobrevivência e para o prosseguimento do domínio do trabalho (KRISIS, 2003).

Apesar disso, quem não consegue vender sua força de trabalho é isolado da sociedade, considerado inútil e sequer consegue comer; prorrogando a busca e desejo por qualquer trabalho<sup>21</sup>. Estes servem de exemplo aterrorizante para aqueles que ainda não foram excluídos, que seguem um movimento apressado para conseguir perceber ou reagir às imposições<sup>22</sup>.

Desse modo, nem questões ambientais para a sobrevivência humana e da Terra estão acima do “deus-trabalho”, e, mais ainda, todos, sejam os dominantes dos meios de produção, ou não, vivem em uma constante concorrência e na mesma irracionalidade de fim em si mesmo social (KRISIS, 2003).

---

aproveitam o mercado competitivo para “se darem bem”, quer dizer, realizar no mercado mais valor do que elas próprias produzem. Mas isso não muda nada a tendência geral, analisada por Robert Kurz, que só pode conduzir a uma crise generalizada da valorização e, portanto, da reprodução global”.

<sup>19</sup> De acréscimo, em *O Capital* (1968), Marx expõe a forma acabada do sistema capitalista -> K-M-K'; K representa o capital, e M a mercadoria. Esta, assim como as ações sociais, são realizadas apenas para a obtenção incessante de mais ganhos. O valor de uso não é importante, nem o lucro isolado. Os donos de produção alugam uma força de trabalho humana que rende muito mais do que é recebido, gerando mais valia, e o lucro vem daí. Reinveste-se em mais máquinas e em tecnologias para suprimir o próprio posto de trabalho da pessoa. O trabalho morto produzido por essa pessoa que vai virar essas máquinas que se autoalimentam, por isso o capital não tem a capacidade de lucrar ao infinito.

<sup>20</sup> As empresas buscam sempre a racionalização dos custos para mais produção, e assim em mais trabalho. E, como a cada racionalização ocasionada pela concorrência não tem empregos para todos– gerando crises– a “facção neoliberal” impõe maior concorrência, maior dedicação, em que as pessoas procuram, inutilmente, alavancar a vida economicamente e se tornar milionário enquanto fazem o trabalho ultra barato (KRISIS, 2003).

<sup>21</sup> (...) “seria melhor ter ‘qualquer’ trabalho do que nenhum tornou-se a profissão de fé exigida a todos” (KRISIS, 2003, p.16). A isso se deve ao totalitarismo econômico, em que, caso a pessoa não se adapte ao sistema de busca incansável e abrupta por rentabilidade e siga às leis do mercado, entra em colapso.

<sup>22</sup> O indivíduo, no mundo da concorrência, se vê em uma constante pressão para se manter acordado para não perder nenhuma oportunidade. A submissão do homem no trabalho abstrato só é possível com um controle também total de si próprio e dos demais para servir ao Deus trabalho e para a economia desvinculada (KURZ, 2020).

E quanto ao Estado? Para o grupo *Krisis* (2003), na sua relação intrínseca com o capitalismo, ele investe em ocupações superficiais na utopia de um futuro com trabalho e, com isso, na legitimação moral da repulsa por aqueles que recusam o trabalho (pode-se dizer, por exemplo, aqueles que recusam o trabalho pelas péssimas condições que ele proporciona, como horas desgastantes e salários baixos, ou os “sem-chances”); ao mesmo tempo em que legitima salários baixos e situações insalubres.

Mesmo aqueles com dificuldades para trabalhar – como doentes crônicos e mães solteiras com crianças pequenas – não se livram da imposição do trabalho. O auxílio é disponibilizado (quando disponibilizado) pelo Estado com grande inconveniência para que menos pessoas peçam e queiram depender desse suporte, ao mesmo tempo em que “oportuniza” o ato de trabalhar para todos, mesmo se for um trabalho miserável. Quando se tem um emprego com péssimas condições de tempo, espaço, salário, a ideia de uma “flexibilização” (gerir o próprio trabalho) parece soar bem. É a vitória do neoliberalismo (KRISIS, 2003).

O grupo vai além. Esta sintonia dos governos com o sistema econômico não é tão percebida pela sua interiorização e naturalização (como intento comprovar neste texto), tanto é que os movimentos dos trabalhadores que ocorreram ao longo dos anos reivindicaram direitos e melhoramentos internos. A esquerda política, seguindo ideologias burguesas, apoia o trabalho, mas é contra a exploração pelo capital. O objetivo, assim, é libertar o trabalho, não se libertar dele.

É desta mesma maneira que a política na sua totalidade funciona para a manutenção das categorias capitalistas, a citar o valor abstrato, o capital, o dinheiro e o trabalho abstrato. Conforme o Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 2002, p.15), a burguesia força a todos a seguir para a civilização, para a formação das cidades e na corrida por conseguir vender mais barato suas mercadorias em uma aglomeração e concentração da propriedade, que leva, conseqüentemente, à concentração política.

Ademais, a esquerda anseia a renda mínima para subsistência (KRISIS, 2003). Todavia, isso pressupõe a continuação da sociedade do trabalho e dos processos de valorização bem sucedidos; que, agora, estão nos países privilegiados mercantis. Em seu âmago, estas reivindicações mostram o desejo pelo consumo acima de todas as instâncias como um sinal de “liberdade”<sup>23</sup>.

Mas, como dito anteriormente, a produção capitalista de mercadorias exige valorização e, sem isso, as menores necessidades são consideradas inválidas<sup>24</sup>. No fim, a renda mínima age como um dispositivo de transferência de riquezas (compra-se de quem produz valor, da iniciativa privada) e, por conseguinte, de diminuição dos custos estatais (uma suposta mentalidade de já estar dando renda mínima para sobrevivência, não sendo necessário contribuir além disso).

Com a redução da aquisição de impostos pelo desemprego em massa, o Estado passa a ser simplesmente um administrador de crises. As necessidades do capital transnacional definem as infraestruturas, como no desenvolvimento de alguns pólos ante os demais nos antigos territórios coloniais. O importante é ter um foco de valorização do capital, e não de todo o território. Valoriza-se a privatização para incrementar a economia, não pessoas.

Em suma, meios básicos, como a educação, a saúde, a cultura, passam a agir apenas para o benefício da economia, e é usufruída por quem consegue pagar mais neste caminho neoliberal, transferindo o problema da crise para o indivíduo ou coletivo de pessoas, empresas ou regiões (KRISIS, 2003). As instituições sociais se afastam numa isenção de obrigações, em que, agora, “todos”, por iniciativa privada, combatam a miséria uns dos outros. Suprime-se o salário, mas se mantém o trabalho no “deserto da economia de mercado” (KRISIS, 2003, p.79).

A política não é capaz de alterar essa lógica, pois é, em essência, relacionada com o Estado, que se torna, sob as condições de desestatização, sem objeto. Ela, na verdade, apoia o “terror da economia” (apoia as estruturas econômico-empresariais capitalistas), pois então não há termos para regular a crise do trabalho (KRISIS, 2003, p.68). Entretanto, sem controle político, não se pode, a longo prazo, fazer funcionar o mecanismo do mercado, se estendendo a todas as estruturas sociais.

---

<sup>23</sup> “Em vez de pôr em questão o modo de vida capitalista em geral, o mundo continuaria, apesar da crise do trabalho, a ser enterrado debaixo de uma avalanche de latas fedorentas, de horrorosos blocos de concreto e do lixo de mercadorias inferiores, para que aos homens restasse a última e triste liberdade que eles ainda podem imaginar: a liberdade de escolha ante as prateleiras do supermercado” (KRISIS, 2003, p.85).

<sup>24</sup> Mesmo se houver milhões passando fome, se não pagarem, ou seja, exercerem o valor de troca, morrerão de inanição.

Desenrola-se, de acordo com *Krisis* (2003), o *apartheid* do Estado democrático, ou seja, no seu desmoronamento com péssimas oportunidades e condições de ocupação para os “ex-cidadãos do trabalho” e redução de todos os benefícios.

O capitalismo, assim, funciona pela guerra. Ao não ter mais condições de se manter, conflitos, morticínios acontecem para que a população diminua, e para que a fonte de valor retorne ao nível de produção para ser remunerado. É um sistema autofágico (MARX, 1968).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Robert Kurz e os grupos *Exit!* e *Krisis*, a completa rendição do dinheiro como fim em si mesmo se inicia com os regimes protomodernos e a economia das armas de fogo, que avançaram com essa mesma lógica a partir da industrialização no final do século XVIII. Para tanto, foi feito um acervo histórico sucinto para comprovar ainda mais esta perspectiva e confirmar a naturalização do sistema capitalista pela extensa maioria da sociedade até a atualidade.

A Europa foi o continente sobre o qual mais se discorreu neste artigo meramente por ter sido o responsável por colonizar e impor aos demais países a mesma lógica dos seus costumes e de repressão aos não brancos, masculinos e ocidentais. Por ter sido a “cultura dominante”, os beneficiários das alterações que ocorreram na história foram, justamente, os brancos, ocidentais e masculinos, e isso permanece até os dias atuais.

Ademais, a sociedade do trabalho é criticada superficialmente por considerar apenas o trabalho-emprego remunerado conforme a dinâmica do mercado ante as atividades domésticas e afins. Todavia, a inferioridade dessas atividades vai para além da ideologia moral, mas converge com a estruturação capitalista, que considera apenas o que é representável na forma monetária. Certamente por esse motivo estas esferas são dependentes dele.

Entretanto, longe de apenas afirmar os problemas acarretados e constantemente em aumento no capitalismo, tem-se o objetivo de apontar que o sistema se auto-desgasta, e não foi uma criação espontânea. A economia é incontrolável, e nem o Estado tem a capacidade de alterá-la, mesmo se quisesse.

Deve-se retirar o capitalismo do imaginário social positivo e progressivo (ou fetichismo do trabalho) a partir da consciência do que cada sociedade produz, para quem produz e o por quem para deixar de ser guiada e formada pelos produtos em um processo individualizante. Assim, a emancipação social poderá ser realizada com a consciência do que de fato necessita contra a determinação das mercadorias sobre os homens, com a presença, talvez, de uma política realmente política e da percepção da desvalorização do trabalho.

Por isso, concomitante com os dizeres dos grupos *Krisis* e *Exit!*, a teoria precisa ganhar espaço para criticar e apontar posicionamentos distintos da lógica dominante em uma prática e união social contra o trabalho abstrato para a reapropriação da vida, cujo objetivo são indivíduos exercerem livremente as necessidades sem a imposição de produtividade abstrata e na valorização (não do capital) das variações históricas, sociais, de conhecimentos e de organizações.

E mais, faz-se necessário a percepção das raízes coercitivas do Estado – norteado primordialmente para a acumulação de riquezas acima da própria população – com o propósito de suspender negligências, ou seja, suspender pessoas inertes, esperando por soluções rápidas ou por novas leis a acatar. Deve-se trilhar uma construção constante de críticas para a libertação (ou não) do sistema de maneira finalmente consciente pela extensão da sociedade.

Não é esperada uma posição passiva do Estado e das grandes empresas frente à conscientização, mas também não se deve esperar mais passividades do povo; caso contrário, continuaremos assistindo de camarote à queda de um a um, às guerras de país a país, às crises de país a país, até morrermos por inanição no “boom” da produção.

O oposto de escravo não é o assalariado.

## REFERÊNCIAS

AUMERCIER, Sandrine. Trabalho morto, trabalho vivo: o abismo energético da sociedade do trabalho. **O Beco Online**: tradução Rachel Pach, tradução do alemão Fábio Pitta. Disponível em:

[http://www.obeco-online.org/sandrine\\_aumercier.htm#\\_ftn5](http://www.obeco-online.org/sandrine_aumercier.htm#_ftn5). Acesso em: 24/06/2023. Publicado originalmente em: Revista Jaggernaut, nº 4: "Reino do valor e destruição do mundo" (França, 2022).

BEDSZENT, Gerd. O poder do Estado desde o início da Idade Moderna até hoje: O Estado-nação como parceiro e prestador de serviços para a produção de mercadorias. **O Beco Online**, tradução de Boaventura Antunes, nº.16, mai/2019. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/gerd\\_bedszent6.htm](http://www.obeco-online.org/gerd_bedszent6.htm). Acesso em: 07/06/2023.

CRÍTICA RADICAL. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL - PALESTRA ROBERT KURZI**. YouTube, set/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F04XjcYvwZA&list=LL&index=11&t=2353s>. Acesso em: 07/06/2023.

EXIT!. Crítica do Capitalismo para o Século XXI- Com Marx para além de Marx: Um projeto teórico do Grupo "EXIT!". **O Beco Online**, mar/2007. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/exit\\_projecto\\_teorico.htm](http://www.obeco-online.org/exit_projecto_teorico.htm). Acesso em: 06/06/2023.

KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, Coleção Baderna. Disponível em: <https://www.exit-online.org/textanz1.php?table=transnacionales&index=9&posnr=19&backtext1=text1.php>. Acesso em: 15/06/2023.

KURZ, Robert. Ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna. **Revista Boitempo** (Margem Esquerda), v.35, p.55-78, 2º sem. de 2020.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto Comunista**. 8º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, Coleção Leitura.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política- Livro I: O processo de produção capitalista**. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1-2, 1968. Tradução Reginaldo Sant'anna.

MICHETTI, Miqueli. Capítulos da modernidade: moda e consumo na Paris do século XIX. **Revista Proa**, n.1, v.1. Disponível em: <https://www2.uff.br/posmoda/files/2008/07/Miqueli-Michetti-09.pdf>. Acesso em: 30/06/2023.

NETO, Jaime Barreiros. **Fidelidade partidária**. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2009, 344p. Disponível em: [http://srv24.teste.website/~faculd27/wp-content/uploads/2020/06/Fidelidade-Partida%CC%81ria\\_compressed.pdf](http://srv24.teste.website/~faculd27/wp-content/uploads/2020/06/Fidelidade-Partida%CC%81ria_compressed.pdf). Acesso em: 22/06/2023.

ORIENTAÇÃO MARXISTA. **Capitalismo e Estado | Tudo a ver #116**. Youtube: mar/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kx9ZF6EEU0Q&list=LL&index=9&t=1112s>. Acesso em: 25/06/2023.

PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. **História Moderna e Contemporânea**. 7º ed. São Paulo: Ática, 1994.

SALAZAR, S. N.. A Centralidade da Categoria Trabalho na Contemporaneidade. **Revista Em Debate** (PUC-Rio), fascículo 7, nº.13786, 15/06/2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13786/13786.PDF>. Acesso em: 07/06/2023.

SINGER, A.; ARAUJO, C.; BELINELLI, L. As Raízes do Estado Moderno. In: **Estado e Democracia: Uma introdução ao estudo da política**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.